



MUNICÍPIO DAS CALDAS DA RAINHA

PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

2025-2029



Financiado pela
União Europeia

Os Fundos Europeus mais próximos de si.

FICHA TÉCNICA

Título:

Plano Municipal para a Integração de Migrantes

Promotor:

Município das Caldas da Rainha

Comunidade Intermunicipal do Oeste

Documento elaborado por:

Bizfuture Services, Lda.

Rua Altino Coelho, 650 5º esquerdo

4470-180 - Maia

<https://bizfuture.pt/>

Coordenação científica

Bruno Cunha

Coordenação técnica

André Silva e Hugo Teixeira

Equipa técnica

Cátia Moreira

Carlos Cambotas

Graça Pires

Inês Marafuz

Rúben Duarte

Data da Versão:

Agosto de 2025

NOTA DE ABERTURA

Mensagem do Sr. Presidente
Câmara Municipal das
Caldas da Rainha

Vítor Marques



O **Município das Caldas da Rainha** reafirma, através deste **Plano Municipal de Integração de Migrantes**, o seu compromisso com a construção de uma comunidade coesa, inclusiva e promotora da igualdade de oportunidades para todos/as os/as seus/suas cidadãos/ãs. A integração de migrantes que escolhem a nossa cidade como lugar para viver, trabalhar e construir o seu futuro é um desígnio que exige uma ação concertada, compromisso institucional e cooperação entre todos os agentes locais. Este Plano é um instrumento estratégico que orienta as políticas públicas locais para a promoção da igualdade, da inclusão e da coesão social, visando a promoção da integração de migrantes, garantindo-lhes acesso equitativo a serviços, direitos, deveres e oportunidades, e fomentando a participação ativa na vida comunitária. Enquanto Presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, **assumo o compromisso político** de liderar e apoiar todas as iniciativas que contribuam para uma integração efetiva, reforçando o diálogo intercultural, prevenindo a discriminação e valorizando a diversidade como um pilar essencial da nossa identidade coletiva. Acreditamos que, juntos/as, podemos construir um Município mais justo, solidário e preparado para responder aos desafios e oportunidades da diversidade.

ÍNDICE

Nota de Abertura	5
Índice	7
Índices temáticos	8
1. Enquadramento	9
1.1. Objetivos do PMIM.....	10
1.2. Nota metodológica.....	11
1.3. Implementação e alinhamento	12
1.4. Processo de aprovação	13
2. O Diagnóstico Local	14
2.1. Retrato municipal.....	14
2.2. Serviços sociais de acolhimento e integração existentes.....	19
2.3. Identificação de dificuldades, necessidades e desafios: resultados da auscultação aos stakeholders sobre a população migrante	21
3. Plano Municipal para a Integração de Migrantes	28
3.1. Dimensão Estratégica.....	28
3.2. Dimensão Operacional	30
4. Modelo de monitorização e avaliação.....	36
5. Modelo de Governação	38
Referências bibliográficas e eletrónicas.....	39
Síglas e Acrónimos.....	40

ÍNDICES TEMÁTICOS

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Evolução da população residente (n.º) nas Caldas da Rainha, por sexo (2019-2023).....	14
Figura 2. Evolução da proporção de população estrangeira (%) em relação ao total, por localização (2019-2023).....	14
Figura 3. Evolução dos residentes de origem estrangeira (n.º), com estatuto legal ou solicitado nas Caldas da Rainha (2019-2023)	15
Figura 4. Variação da taxa de crescimento migratório (%), por localização (2019-2023).....	15
Figura 5. Evolução do número de residentes estrangeiros nas Caldas da Rainha, por sexo (2019-2023).....	16
Figura 6. Evolução do número de imigrantes, por origem (2019-2023).....	16
Figura 7. Proporção de casamentos entre portugueses e cidadãos NPT (2019-2023)	17
Figura 8. População empregada por setor de atividade económica (%), por localização (2021)	17
Figura 9. Ganho mediano mensal, por localização e origem (2021-2023).....	18
Figura 10. População residente nas Caldas da Rainha (%), segundo a religião (2021)	19
Figura 11. N.º de migrantes atendidos no CLAIM (2023-25).....	20
Figura 12. Imigrantes atendidos no CLAIM (%), segundo a nacionalidade (2023-25)	20
Figura 13. Assuntos tratados (%) no CLAIM (2025).....	21

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Indivíduos recenseados por município, segundo a origem	19
--	----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Plano estratégico, por área temática.....	29
Quadro 2. Medidas do PMIM para a área do Acolhimento e acesso à informação.....	31
Quadro 3. Medidas do PMIM para a área da Aprendizagem da Língua Portuguesa.....	32
Quadro 4. Medidas do PMIM para a área da Educação, Formação e Reconhecimento de Competências.....	32
Quadro 5. Medidas do PMIM para a área do Emprego e Empreendedorismo.....	33
Quadro 6. Medidas do PMIM para a área da Habitação	33
Quadro 7. Medidas do PMIM para a área da Saúde e Bem-estar	34
Quadro 8. Medidas do PMIM para a área da Cultura e Interculturalidade	34
Quadro 9. Medidas do PMIM para a área da Participação Cívica e Direitos.....	35
Quadro 10. Medidas do PMIM para a área da Gestão Municipal e Capacitação Técnica.....	35

1. ENQUADRAMENTO

O fenómeno das migrações tem sido, ao longo dos séculos, objeto de atenção e preocupação por parte dos governos, que desenvolvem políticas de acolhimento e integração das comunidades que deixam o seu país em busca de melhores condições de vida. Nos últimos anos, o perfil migratório dos países tem sofrido mudanças profundas e aceleradas. Fenómenos como a globalização, as crises financeiras e as assimetrias entre blocos económicos ajudam a explicar estas transformações. As migrações internacionais geram múltiplos impactos: enriquecem a diversidade cultural das sociedades, aprofundam as relações entre países, fomentam o empreendedorismo e a inovação, abrem mercados, contribuem para as finanças públicas e influenciam a dinâmica demográfica.

O fenómeno migratório tornou-se também mais complexo. Já não se limita à tradicional migração sul-norte. As populações migrantes apresentam hoje maior diversidade, seja pela origem e destino, pela duração das estadias ou pelos motivos que levam à migração.

Em Portugal, o perfil migratório alterou-se profundamente desde a década de 1960. De país marcado pela emigração, transformou-se, nos anos 90, num destino procurado por migrantes para viver e trabalhar. Esta mudança resulta de vários fatores:

- a melhoria das condições económicas e sociais, que aumentou a atratividade para trabalhadores de outros países;
- um vasto programa de obras públicas e construção de infraestruturas, com forte capacidade de absorção de mão de obra, sobretudo em funções pouco qualificadas;
- a instabilidade política e social em países com os quais Portugal mantém laços históricos e afinidades linguísticas, levando à procura de melhores condições de vida no território português.

Os fluxos migratórios em Portugal têm variado significativamente ao longo dos anos. Entre 2000 e 2010, as entradas de migrantes foram particularmente expressivas, aumentando de forma significativa a população estrangeira residente. Já os fluxos de saída mantiveram-se estáveis no início da década, registando um aumento considerável a partir de 2008. Na última década, registou-se uma nova fase de crescimento das entradas, impulsionada por fatores como a recuperação económica pós-crise financeira, a procura de mão de obra em setores estratégicos, as crises humanitárias em várias regiões do mundo e o reforço das políticas de atração de talento e investimento estrangeiro. Simultaneamente, Portugal consolidou-se como

destino para estudantes internacionais e empreendedores, mantendo a emigração como fenómeno presente, mas com um saldo migratório globalmente positivo.

A par destes movimentos, a **Organização Internacional para as Migrações** recomenda que os países adotem e implementem políticas que assegurem a integração plena das comunidades migrantes, garantindo condições dignas de acolhimento. Este tipo de abordagem contribui para prevenir fenómenos como a discriminação e o racismo, promovendo sociedades mais inclusivas e coesas.

Neste contexto, e reconhecendo a importância de uma resposta articulada e adaptada à realidade local, surge o **Plano Municipal para a Integração de Migrantes das Caldas da Rainha** (PMIM) como **instrumento estratégico de planeamento e ação**, destinado a promover a **integração plena, equitativa e sustentável** das pessoas migrantes no concelho.

Pretende assegurar e **promover os princípios da coesão social**, dos **direitos humanos**, da **valorização da diversidade cultural** e da **igualdade de oportunidades**, reforçando a capacidade de resposta proativa do Município face aos desafios e oportunidades decorrentes da presença crescente de comunidades migrantes no território, com diferentes perfis, origens e graus de vulnerabilidade. Assume-se igualmente como um **mecanismo facilitador** da articulação entre políticas públicas locais e nacionais, mobilizando um vasto conjunto de atores institucionais e comunitários.

1.1. OBJETIVOS DO PMIM

São objetivos do **PMIM**:

- **Reforçar o papel do Município** enquanto agente central na gestão da diversidade e na promoção da interculturalidade, assegurando políticas inclusivas e sustentáveis que respondam às especificidades das comunidades migrantes.
- **Garantir e ampliar o acesso** das pessoas migrantes a serviços públicos locais de qualidade, eliminando barreiras linguísticas, culturais e administrativas, e promovendo a igualdade efetiva no exercício de direitos.
- **Fomentar a participação ativa** das pessoas migrantes na vida comunitária, cívica e política, incentivando o envolvimento em processos de decisão e em iniciativas que fortaleçam o tecido social.
- **Valorizar e potenciar os contributos** sociais, económicos, culturais e demográficos das comunidades migrantes para o desenvolvimento local, reconhecendo o seu papel na dinamização económica, na inovação e na coesão social.

- **Estruturar uma intervenção integrada e territorializada**, assente em evidência empírica, diagnósticos rigorosos e práticas reconhecidas, garantindo a articulação entre diferentes áreas de atuação e a cooperação entre entidades públicas, privadas e da sociedade civil.

1.2. NOTA METODOLÓGICA

A conceção do **PMIM** do município das **Caldas da Rainha** assentou na partilha de informação, na troca de experiências e na mobilização de conhecimento técnico, promovendo uma dinâmica de parcerias ativas e garantindo uma forte participação dos decisores políticos responsáveis pela definição e execução das políticas locais. O processo seguiu uma **metodologia participativa e intersetorial**, estruturada para assegurar a representatividade dos diferentes agentes do território e fundamentada em dois pilares complementares:

1. DIAGNÓSTICO PARTICIPADO

O diagnóstico constituiu a base estratégica do plano, permitindo caracterizar a realidade migratória do concelho, identificar necessidades e mapear recursos. Foi desenvolvido através de:

- **Recolha e análise de dados estatísticos e administrativos**, recorrendo a fontes oficiais e de referência, como o Instituto Nacional de Estatística (INE), PORTDATA, Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social das Caldas da Rainha, entre outras. Esta componente quantitativa permitiu estabelecer comparações temporais e territoriais, identificar tendências e fundamentar decisões.
- **Complemento qualitativo via metodologia Web-Delphi**, técnica participativa recomendada para a construção de consensos entre especialistas. O método permitiu recolher, de forma estruturada e anónima, as perceções de diferentes grupos de *stakeholders* sobre problemáticas previamente definidas, garantindo a diversidade de perspetivas e a redução de enviesamentos.

O processo decorreu em **duas rondas distintas**:

Primeira ronda – Web-Delphi

- **Painel de participantes**: Elementos do **Conselho Local de Ação Social** (CLAS), representando entidades públicas, privadas e do setor solidário com intervenção em áreas sociais, educativas, culturais, habitacionais e económicas.

- **Objetivo:** Identificar, com base na experiência e conhecimento local, as principais dificuldades, barreiras e necessidades associadas à integração de migrantes no concelho.
- **Resultado:** Elaboração de um conjunto estruturado de problemáticas, organizadas por eixos temáticos: *Acolhimento e Informação; Educação e Língua; Emprego e Empreendedorismo; Habitação; Saúde e Bem-estar; Cultura e Interculturalidade; Cidadania e Participação.*

Segunda ronda – Web-Delphi

- **Painel de participantes:** Técnicos municipais com intervenção direta na área das migrações, designadamente do CLAIM e/ou dos Serviços Sociais.
- **Objetivo:** Validar e hierarquizar os resultados da primeira ronda, atribuindo uma classificação quantitativa (escala de 0 a 5) a cada problemática, segundo a sua relevância e urgência no contexto local.
- **Resultado:** Produção de um *ranking* final por eixo temático, que serviu de referência para a definição das prioridades de intervenção.

2. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E OPERATIVO

Com base nas evidências do diagnóstico, foi desenvolvido um plano estruturado segundo boas práticas internacionais e orientações nacionais, garantindo coerência e exequibilidade. Esta fase incluiu:

- **Definição de eixos temáticos** alinhados com o **Plano Estratégico para as Migrações (PEM)** e com os instrumentos do extinto **Alto Comissariado para as Migrações (ACM)**.
- **Formulação de metas mensuráveis e identificação de ações concretas**, claramente atribuídas a entidades responsáveis, com definição de recursos, prazos e indicadores de execução.
- **Integração de mecanismos de monitorização e avaliação contínua**, permitindo ajustar estratégias de forma dinâmica e assegurar a adequação do plano a novas realidades ou desafios emergentes.

1.3. IMPLEMENTAÇÃO E ALINHAMENTO

A implementação do PMIM será coordenada pelo Município, em articulação permanente com os parceiros envolvidos, através de mecanismos de monitorização e avaliação contínua que permitam ajustar ações e recursos sempre que necessário. O plano deverá ser divulgado e promovido junto da comunidade local e migrante, recorrendo a canais institucionais, plataformas digitais e ações de proximidade, com

estratégias de comunicação inclusivas e acessíveis que garantam transparência, mobilização e participação ativa.

O **PMIM** encontra-se plenamente articulado com os principais referenciais nacionais e internacionais na área das migrações, nomeadamente:

- **Estratégia Nacional para a Integração de Migrantes**, que estabelece as orientações gerais para a promoção da inclusão e participação das comunidades migrantes em Portugal.
- **PEM**, enquanto quadro de referência para a gestão integrada dos fenómenos migratórios, reforçando a coordenação entre políticas setoriais e atores locais.
- Outros instrumentos:
 - **CLAIM**;
 - **Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes**;
 - **Cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA)**;
 - **Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes**, que promove a partilha de boas práticas e a cooperação intermunicipal.

Neste enquadramento, o PMIM constitui um **instrumento estruturante** para o reforço de um território mais justo, inclusivo e plural, onde todas as pessoas, independentemente da sua origem, possam viver com **dignidade, segurança e participação ativa**, contribuindo para uma comunidade mais coesa e resiliente.

1.4. PROCESSO DE APROVAÇÃO

O plano é elaborado sob a coordenação do Município, em estreita articulação com a rede de parceiros locais, reunida no CLAS, entidade que assegura a validação técnica e institucional das propostas. Este processo respeitou os princípios de governação participativa e articulação intersetorial, garantindo que o conteúdo final reflete as necessidades diagnosticadas e as prioridades consensualizadas entre os diferentes intervenientes.

Após a fase de auscultação pública, que possibilitou a recolha de contributos da comunidade local — incluindo cidadãos migrantes, entidades da sociedade civil e demais atores relevantes —, o documento foi submetido à apreciação da Câmara Municipal, sendo aprovado em reunião formal. Este procedimento assegura o seu enquadramento político, administrativo e estratégico, em conformidade com as orientações nacionais e boas práticas de planeamento local.

2. O DIAGNÓSTICO LOCAL

O Diagnóstico do **PMIM** constitui a base estruturante para a definição das políticas locais de integração, assegurando que estas respondem de forma eficaz e adaptada à realidade social, económica e cultural do concelho.

2.1. RETRATO MUNICIPAL

Entre 2019 e 2023, a população residente no concelho das Caldas da Rainha registou um crescimento gradual de **6,4%**, refletindo uma dinâmica demográfica positiva (**Figura 1**). Em 2023, o município contava **54145 habitantes**, dos quais 25714 homens e 28431 mulheres, revelando predominância feminina. Este crescimento estará associado, entre outros fatores, à chegada de novos residentes, incluindo migrantes, que contribuem para a renovação populacional e para o dinamismo socioeconómico da região.

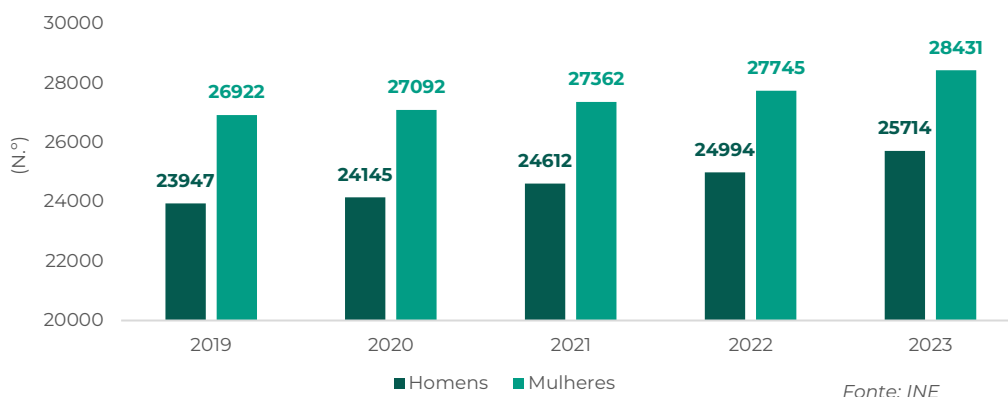


Figura 1. Evolução da população residente (n.º) nas Caldas da Rainha, por sexo (2019-2023)

Relativamente à proporção de população estrangeira (**Figura 2**), observa-se igualmente um crescimento gradual, com o município a registar, de forma consistente, valores superiores tanto à média nacional como à média da região Oeste. Em 2023, **16,1%** da população residente era de origem estrangeira.

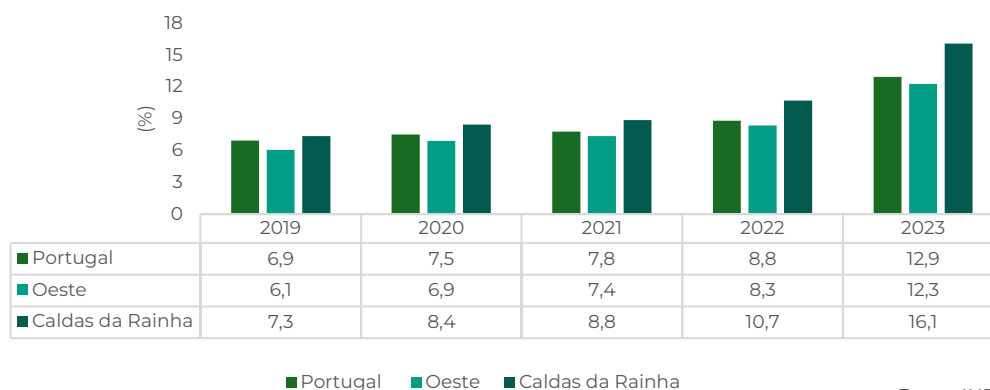


Figura 2. Evolução da proporção de população estrangeira (%) em relação ao total, por localização (2019-2023)

Consequentemente, o número absoluto de estrangeiros aumentou significativamente no período em análise (**Figura 3**), assinalando-se mais **4953** indivíduos face a 2019, correspondendo a um crescimento de **132,5%**.



Figura 3. Evolução dos residentes de origem estrangeira (n.º), com estatuto legal ou solicitado nas Caldas da Rainha (2019-2023)

Entre 2019 e 2023, a taxa de crescimento migratório registou evoluções distintas em Portugal, no Oeste e nas Caldas da Rainha (**Figura 4**). A nível nacional, o crescimento foi gradual e constante, passando de 0,65% para 1,47%, sem picos acentuados. Este aumento reflete uma intensificação dos fluxos migratórios no país nos últimos anos. Na região Oeste, a taxa foi superior à média nacional, variando entre 0,99 e 2,79, indicando um crescimento migratório mais acentuado na região. Por sua vez, o Município apresenta o valor mais elevado, apenas em 2023 com o pico de 3,09%.

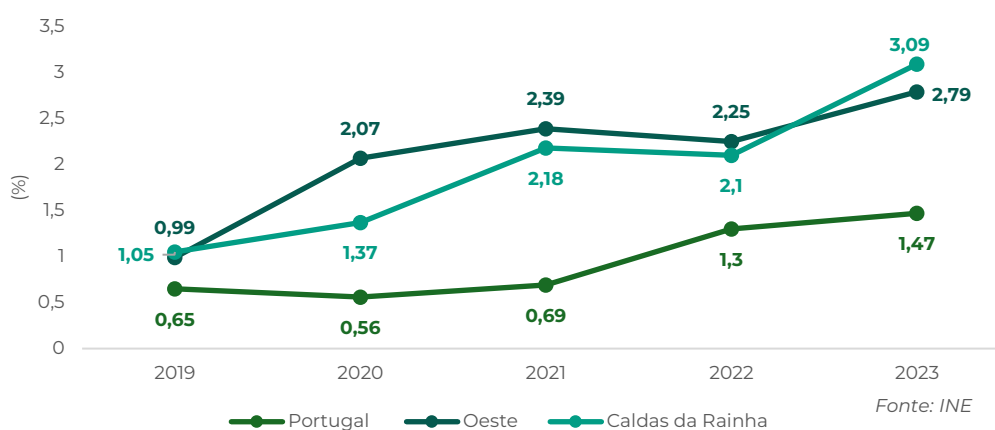
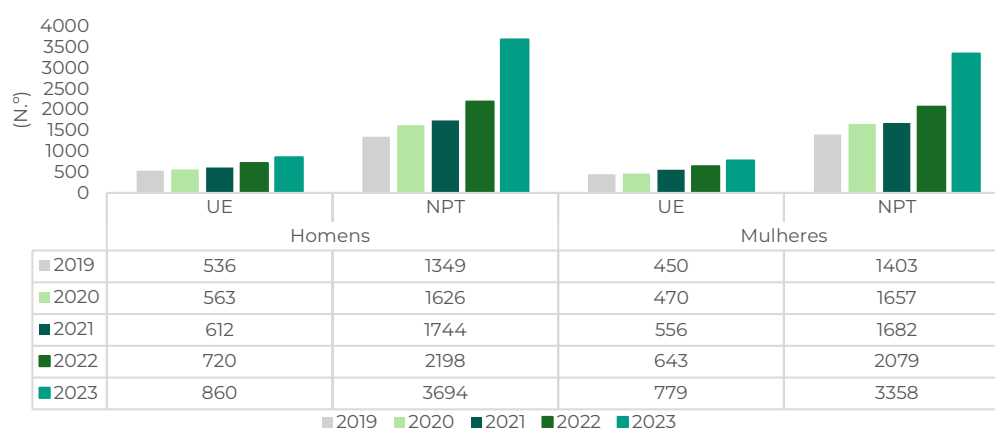


Figura 4. Variação da taxa de crescimento migratório (%), por localização (2019-2023)

Entre 2019 e 2023, o número de residentes estrangeiros nas Caldas da Rainha aumentou de forma expressiva, sobretudo entre indivíduos **nacionais de países terceiros** (NPT) (**Figura 5**). Entre os homens, o crescimento foi particularmente acentuado neste grupo, passando de 1349 em 2019 para 3694 em 2023, enquanto os provenientes da **União Europeia** (UE) mantiveram valores mais estáveis, variando

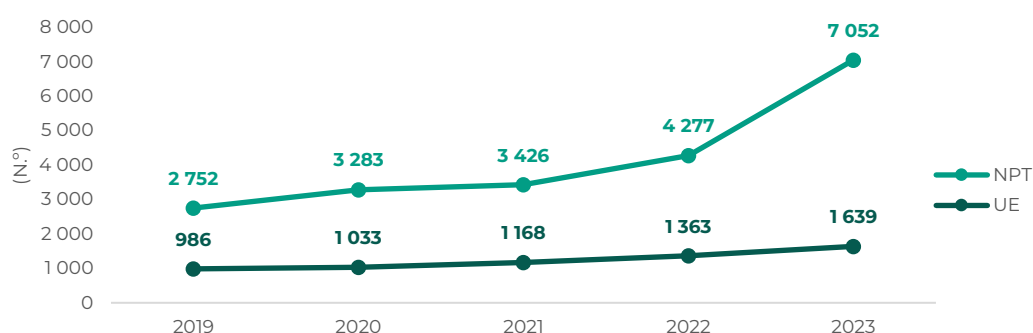
ligeiramente entre 536 e 860 indivíduos. No caso das mulheres, verificou-se a mesma tendência: as de **NPT** aumentaram de 1349 para 3694 no período analisado, ao passo que as provenientes da **UE** se mantiveram relativamente constantes, entre 450 e 779. Estes dados revelam que o dinamismo migratório do Município assenta sobretudo no fluxo proveniente de países fora da **UE**, com um crescimento expressivo e consistente em ambos os sexos.



Fonte: INE

Figura 5. Evolução do número de residentes estrangeiros nas Caldas da Rainha, por sexo (2019-2023)

Em consequência, para o período analisado, observa-se um aumento expressivo no número de emigrantes com origem fora da **UE**, passando de 2752 para 7052, com um crescimento mais acentuado entre 2022 e 2023 (**Figura 6**). Já os imigrantes provenientes da **UE** mantiveram valores estáveis ao longo do período, variando entre 986 em 2019 e os 1639 indivíduos em 2023.



Fonte: INE

Figura 6. Evolução do número de imigrantes, por origem (2019-2023)

Entre os anos de 2019 e de 2023, a proporção de casamentos celebrados entre portugueses e indivíduos **NPT** apresentou comportamentos distintos em Portugal, no Oeste e nas Caldas da Rainha (**Figura 7**). A nível nacional, verificou-se um pico em 2020 (15,7%), seguido de uma descida em 2021 e de uma recuperação gradual até 2023, ano em que atingiu 12,8%. No Oeste, a tendência foi de decréscimo quase contínuo, passando de 12,8% em 2019 para 10,2% em 2023, apesar de uma ligeira recuperação

em 2022. O Município mostra maior volatilidade, atingindo o valor mais alto em 2019 (16,31%) e descendo para 4,2% em 2021. Seguiu-se uma ligeira recuperação no ano seguinte, e em 2023, representa 11,3% do total de casamentos. Em suma, a redução da proporção de casamentos entre portugueses e cidadãos **NPT**, aliada ao aumento expressivo do número de mulheres migrantes, sugere uma mudança no perfil dos fluxos migratórios. Os dados apontam para a chegada de um maior número de famílias já constituídas, em detrimento da migração predominantemente composta por indivíduos solteiros, o que poderá estar associado a processos de reunificação familiar e à consolidação de redes migratórias no território.



Figura 7. Proporção de casamentos entre portugueses e cidadãos NPT (2019-2023)

No que respeita à atividade económica (**Figura 8**), constata-se que a maioria da população empregada trabalha no setor terciário, seguido do setor secundário, tendência comum a todas as unidades geográficas analisadas.

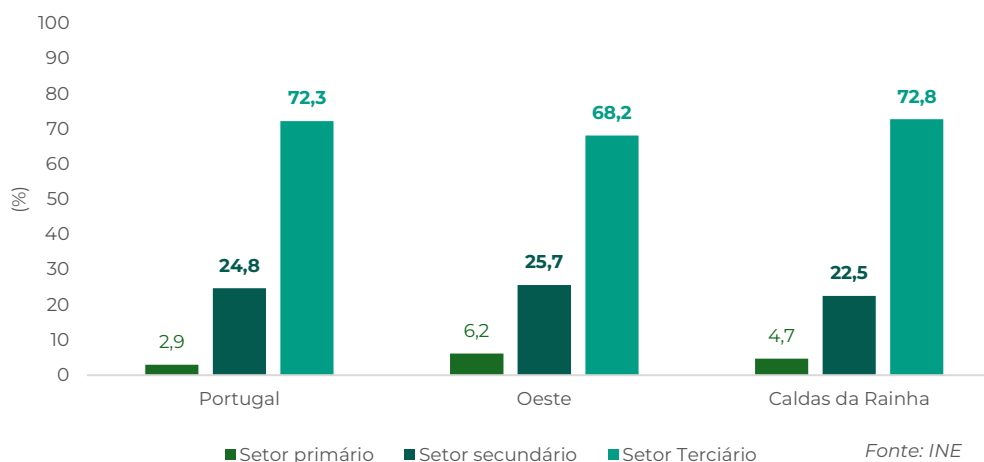


Figura 8. População empregada por setor de atividade económica (%), por localização (2021)

O ganho mediano mensal registou aumentos em todas as origens e localizações, embora com diferenças significativas para o período compreendido entre 2019 e 2023 (**Figura 9**). Nas Caldas da Rainha, o ganho mediano dos trabalhadores portugueses aumenta de 902,69€ em 2021 para 1055€ em 2023, enquanto os trabalhadores NPT registam também crescimento, passando de 777,79€ para 893,25€. Este aumento progressivo traduz uma valorização salarial consistente, embora os valores se mantenham abaixo da média nacional. Na região Oeste, os ganhos medianos são superiores aos do município das Caldas da Rainha no grupo dos portugueses. A nível nacional, Portugal apresenta os valores mais elevados, especialmente entre cidadãos da UE, cujo ganho mediano atinge 1331€ em 2023. Os dados revelam disparidades salariais tanto entre regiões como entre grupos de origem, evidenciando que os trabalhadores estrangeiros, sobretudo os NPT, continuam a auferir salários inferiores aos dos portugueses e dos cidadãos oriundos da UE, ainda que com tendência de crescimento gradual.

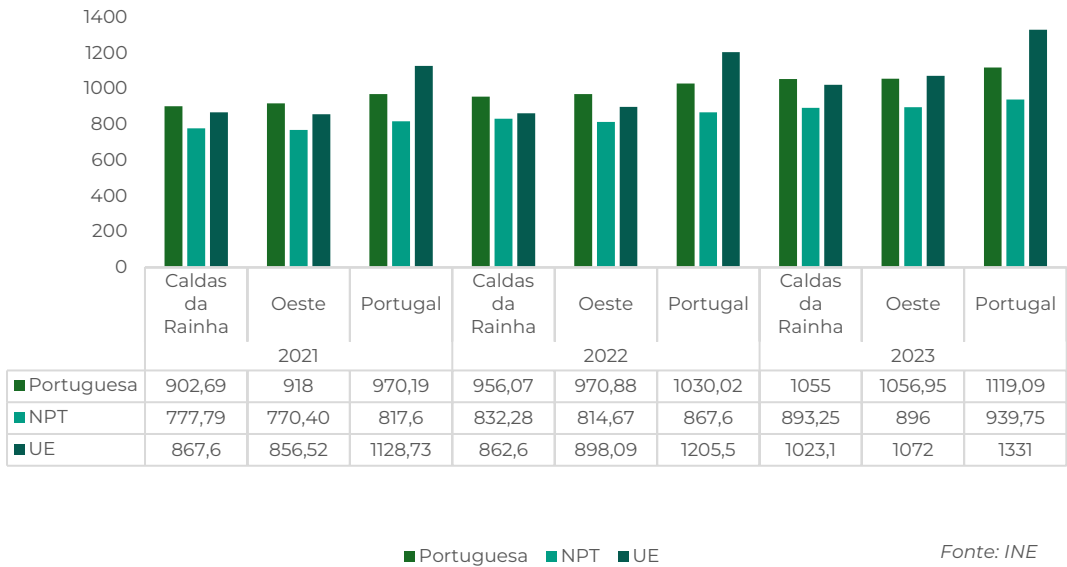


Figura 9. Ganho mediano mensal, por localização e origem (2021-2023)

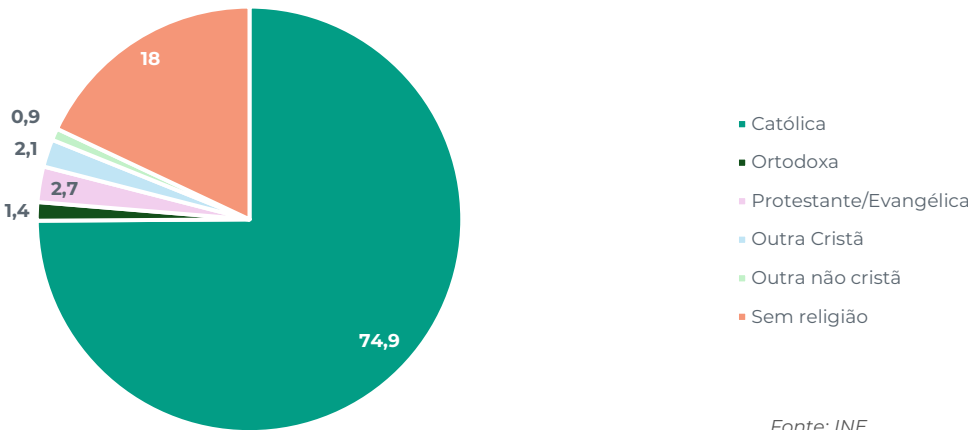
Relativamente aos indivíduos estrangeiros residentes, recenseados segundo a origem (**Tabela 1**), observa-se que continuam a representar uma minoria pouco expressiva nos cadernos eleitorais locais, correspondendo, na maioria dos casos, a percentagens inferiores a 1%. No caso particular do município das Caldas da Rainha, este valor é inferior, fixando-se em 0,9%, sendo que 0,6% pertence ao grupo de cidadãos **UE**, totalizando 335 indivíduos. Por outro lado, 144 indivíduos de NPT, encontram-se inscritos nos cadernos de recenseamento eleitoral, correspondendo a 0,3%.

Tabela 1. Indivíduos recenseados por município, segundo a origem

Município	População residente	UE		NPT	
		N.º	%	N.º	%
Caldas da Rainha	54 145	335	0,6	144	0,3
Total (Oeste)	386996	727	0,2	1061	0,3

Fonte: Atlas do recenseamento eleitoral, 2024

A religião constitui outro dos indicadores analisados, uma vez que persiste o estigma de que cidadãos **NPT**, cuja fé não é a cristã-católica, estão associados a práticas específicas e geram, entre a população local, sentimentos de receio e desconfiança (Oliveira, 2017). Contudo, a **Figura 10** evidencia que predomina claramente a religião católica, seguida pelos indivíduos sem religião, enquanto as restantes confissões representam menos de 10%.



Fonte: INE

Figura 10. População residente nas Caldas da Rainha (%), segundo a religião (2021)

2.2. SERVIÇOS SOCIAIS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO EXISTENTES

Perante o crescente afluxo migratório registado em todo o país, e em particular no concelho das Caldas da Rainha, a autarquia reconheceu a necessidade de criar respostas específicas para apoiar a população imigrante. Nesse contexto, foi inaugurado em 2021 o CLAIM, resultante de uma parceria entre a Câmara Municipal das Caldas da Rainha (CMCR) e o extinto ACM.

Sob responsabilidade da autarquia, o CLAIM tem como missão informar e apoiar a integração dos migrantes, assegurando um atendimento confidencial e descentralizado em áreas como saúde, educação, nacionalidade, reagrupamento familiar, retorno voluntário e regularização da situação no território nacional. Sempre

que se identificam necessidades de carácter social, os utentes são encaminhados para o **Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)**, que funciona na mesma unidade e garante esse tipo de apoio.

Através desta articulação, CLAIM e SAAS complementam-se, promovendo uma resposta mais eficaz e integrada às necessidades da população migrante, facilitando a sua inclusão e reforçando a coesão comunitária.

Os dados relativos ao número de migrantes atendidos, acolhidos ou encaminhados nas Caldas da Rainha entre 2022 e 2025 revelam uma tendência de aumento. Embora os valores de 2025 incluam apenas o período até junho, já se registaram 477 homens e 785 mulheres atendidos (**Figura 11**).

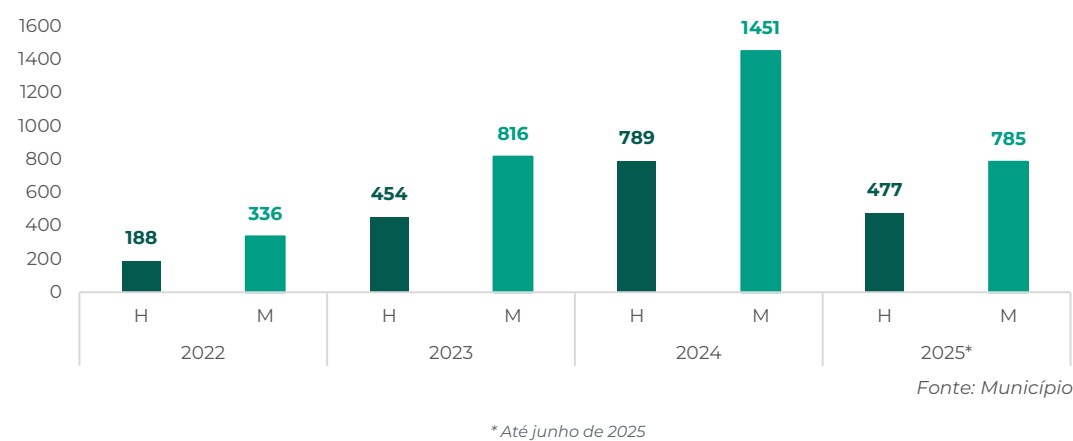


Figura 11. N.º de migrantes atendidos no CLAIM e SAAS (2023-25)

Relativamente, à nacionalidade dos atendidos destacou-se o Brasil, Angola e Guiné-Bissau, todos com aumentos muito significativos em 2023 e 2024. Verifica-se também a relevância da Ucrânia em 2022, devido ao contexto da guerra, embora com redução acentuada nos anos seguintes. Os restantes países assinalaram menor expressividade. Desta forma, os dados revelam um aumento da procura de apoio (**Figura 12**).

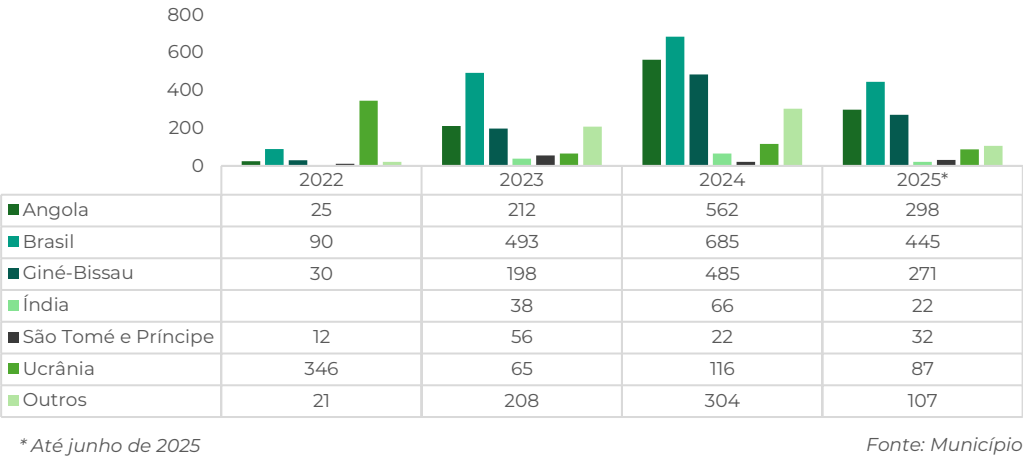
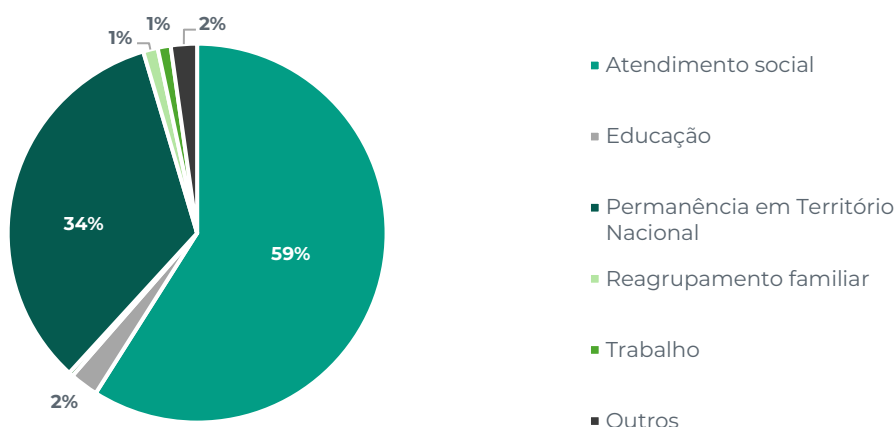


Figura 12. Imigrantes atendidos no CLAIM e SAAS (%), segundo a nacionalidade (2023-25)

A análise das percentagens evidencia que a maioria dos atendimentos se concentrou no “Atendimento social” (59%), seguido de “Permanência em Território Nacional” (34%). As restantes tipologias de assunto assumiram uma expressão reduzida: “Educação” e “Outros” com (2%), Reagrupamento familiar (1%), Trabalho (1%) (**Figura 13**).



Fonte: Município

Figura 13. Assuntos tratados (%) no CLAIM e SAAS (2025)

2.3. IDENTIFICAÇÃO DE DIFICULDADES, NECESSIDADES E DESAFIOS: RESULTADOS DA AUSCULTAÇÃO AOS STAKEHOLDERS SOBRE A POPULAÇÃO MIGRANTE

A auscultação realizada permitiu identificar, de forma clara, as principais dificuldades, necessidades e desafios enfrentados pela população migrante residente no concelho das Caldas da Rainha. A informação é organizada por eixos temáticos, de forma sistematizada e fundamentada, e acompanhada de pistas para a ação destinadas a mitigar ou eliminar os problemas identificados, servindo de base para a definição de políticas locais mais eficazes e ajustadas. Importa ainda esclarecer que a coluna das boas práticas resulta da pesquisa de experiências implementadas noutros concelhos e territórios, que poderão, eventualmente, ser adaptadas ao contexto municipal.

2.3.1. ACOLHIMENTO E ACESSO À INFORMAÇÃO

O acolhimento e a integração de migrantes constituem uma área-chave para assegurar uma inclusão efetiva, contribuindo para a construção de sociedades mais coesas, resilientes e prósperas (Comissão Europeia, 2020). As entidades auscultadas referem que o CLAIM está subdimensionado face à procura, apresentando limitações na capacidade de resposta e constrangimentos no atendimento multilingue. A esta realidade soma-se a insuficiente articulação com os outros serviços da comunidade, o que compromete a eficácia da resposta às necessidades da população migrante.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
» Ausência de materiais informativos traduzidos, dificultando o acesso à informação; » Falta de mediação intercultural, limitando a qualidade e eficácia do acompanhamento; » Insuficiente articulação com os serviços da comunidade, comprometendo a eficácia da resposta.	» Produzir materiais informativos em diferentes línguas, para além do português; » Consolidar e reforçar a atuação do CLAIM e SAAS, com técnicos de mediação intercultural, assegurando maior acompanhamento e capacidade de resposta; » Assegurar a articulação entre os vários serviços públicos municipais e as diferentes respostas da comunidade, através de reuniões periódicas e canais de comunicação partilhados.	- Elaborar um guia multilingue completo de acolhimento ao migrante; - Integrar mediadores comunitários nas juntas de freguesia, reforçando a proximidade e a acessibilidade dos serviços; - Criação de plataformas locais de comunicação para a integração.

Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi

2.3.2. APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA

A educação e o domínio da língua são essenciais para a integração e qualidade de vida dos migrantes, permitindo o acesso ao mercado de trabalho, aos serviços e à comunidade. As entidades auscultadas identificam limitações no ensino de **Português Língua de Acolhimento (PLA)**, decorrentes da escassez de oferta estruturada e da fraca divulgação, o que gera desigualdades e compromete a integração. Soma-se a inexistência de mecanismos locais de certificação linguística, que dificulta o reconhecimento formal das competências adquiridas. Torna-se, assim, prioritário reforçar a oferta e a divulgação dos cursos de **PLA** e garantir que os migrantes tenham acesso à informação sobre os mecanismos de certificação existentes.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
» A oferta de cursos PLA é insuficiente e irregular, não respondendo à procura; » A divulgação dos cursos existentes de PLA é insuficiente, limitando o acesso da população migrante a esta oferta formativa; » Inexistência de mecanismos locais de certificação de competências linguísticas reconhecidos.	» Estabelecer parcerias com o IEPF e associações locais para assegurar uma rede contínua de cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA), com horários flexíveis e modalidades híbridas (presencial/online); » Recorrer a múltiplos canais de comunicação — CLAIM, juntas de freguesia, escolas e associações — para garantir a ampla divulgação dos cursos; » Incluir no guia de acolhimento ao migrante um tópico específico sobre o processo de certificação de competências linguísticas, garantindo informação clara e acessível.	- Aulas de português em bibliotecas e centros culturais; - Parceria com escolas, associações e/ou IEPF para promover programas municipais de aprendizagem da língua portuguesa; - Criação de percursos locais de certificação linguística através dos Centros Qualifica e dos Centros de Emprego e Formação Profissional do IEPF.

Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi

2.3.3. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E RECONHECIMENTO DE COMPETÊNCIAS

Tal como em outras áreas já assinaladas neste documento, o acesso à educação é igualmente um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa (art.º 74.º), que estabelece que ‘Todos têm direito ao ensino com garantia da igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar’. Neste contexto, a educação dos filhos não pode ser dissociada da valorização académica e profissional dos próprios migrantes adultos, cuja formação e capacitação constituem fatores decisivos para a sua plena integração. As qualificações académicas e profissionais, aliadas ao domínio da língua, desempenham um papel central na integração, em especial no mercado de trabalho. No plano europeu, estima-se que cerca de 40% dos migrantes exerçam funções abaixo do seu nível de qualificação (Comissão Europeia, 2020), traduzindo-se num desperdício de capital humano e numa limitação do contributo potencial desta população. Acresce que, em alguns territórios, os filhos de migrantes já representam um rejuvenescimento demográfico significativo, refletido no peso percentual destes alunos nas escolas locais. Este fenómeno, embora positivo para contrariar o envelhecimento populacional, coloca desafios acrescidos à integração cultural e linguística, exigindo respostas educativas adaptadas e reforço de recursos humanos especializados, como mediadores interculturais e programas de apoio ao sucesso escolar.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
» Acesso limitado a formação profissional adequada para migrantes adultos; » Burocracia excessiva, no processo de pedido de equivalência de habilitações; » Falta de mediação intercultural nas escolas e insuficiente apoio a alunos migrantes sem escolarização e/ou com défice linguístico, dificultando a sua integração e sucesso educativo.	↳ Promover cursos curtos de qualificação, com certificação e estágios locais, facilitando a inserção laboral; ↳ Orientar os migrantes para os serviços responsáveis pelo reconhecimento de competências; ↳ Implementar programas de apoio linguístico e pedagógico nas escolas, reforçando a integração de alunos migrantes; ↳ Realizar visitas regulares de mediadores interculturais às escolas, para apoiar a inclusão e promover a igualdade de oportunidades.	- Protocolos com empresas para criação de formações e estágios orientados para as áreas de elevada procura; - Centro Qualifica com atendimento à população migrante; - Tutoria escolar entre pares; - Implementar um projeto de “Escola Intercultural”.

Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi

2.3.4. EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

A força de trabalho na **UE** depende em grande medida do contributo dos migrantes, realidade que a pandemia de COVID-19 veio evidenciar ao demonstrar o papel decisivo deste grupo (Comissão Europeia, 2020). Ainda assim, persiste uma segmentação clara

do mercado de trabalho em função da nacionalidade: os trabalhadores estrangeiros estão sobre representados em determinados setores e atividades, sobretudo em profissões menos qualificadas, mais precárias, marcadas por vínculos laborais instáveis, remunerações mais baixas e maior exposição a riscos de sinistralidade (Oliveira, 2022). Posto isto, torna-se essencial adotar medidas que ajudem a mitigar estas desigualdades, seja através de programas de incentivo ao empreendedorismo, seja mediante sessões informativas dirigidas aos empregadores.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
» Insuficiente conhecimento, por parte dos empregadores, sobre os procedimentos legais aplicáveis à contratação de imigrantes; » A experiência profissional e as qualificações das pessoas migrantes são frequentemente subvalorizadas, prevalecendo vínculos laborais precários; » Inexistência de mecanismos de suporte e apoio à criação de negócios por pessoas imigrantes no contexto local.	» Organizar sessões informativas multilingues para empregadores sobre benefícios da contratação legal; » Promover a criação de uma bolsa de "talentos migrantes" junto das empresas do concelho; » Criar programa de apoio ao microempreendedorismo migrante com mentoria, microcrédito e incubação local.	Realização de sessões informativas multilingues; Elaboração de um caderno prático de contratação inclusiva; Divulgação de histórias de sucesso de migrantes integrados no mercado de trabalho local ou de empreendedores migrantes.

Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi

2.3.5. HABITAÇÃO

A habitação, consagrada na Constituição da República Portuguesa (art.º 65.º) e reconhecida pelas Nações Unidas como direito humano fundamental, é um pilar essencial da qualidade de vida, devendo garantir condições adequadas de higiene e conforto. Porém, apesar de caber ao Estado assegurar este direito, muitas famílias enfrentam dificuldades de acesso, agravadas pela escalada dos preços e pela escassez de oferta.

A população migrante não é exceção e, em muitos casos, sente de forma ainda mais acentuada os efeitos da crise habitacional. Entre os principais obstáculos locais, destaca-se a dificuldade no acesso a habitação social ou a custos controlados, que atinge sobretudo os agregados em maior vulnerabilidade económica. A falta de soluções imediatas de realojamento e a permanência de famílias em condições indignas agravam o problema.

Um inquérito realizado em Portugal em 2024 revelou que mais de 90% dos migrantes sofreu discriminação no acesso à habitação, incluindo situações de extorsão por parte de proprietários. Estas práticas conduzem frequentemente à sobrelotação, resultado da incapacidade de suportar rendas elevadas. Perante este cenário, impõe-se

promover ações de sensibilização que combatam a discriminação e o abuso, reforçar a resposta pública e assegurar soluções habitacionais dignas e acessíveis para todos.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
» Os migrantes desconhecem os seus direitos e deveres enquanto arrendatários, situação agravada pela falta de mediação técnica durante o processo; » Aumento de situações de sobrelotação e de alojamento informal.	↳ Dinamizar ações de informação para migrantes sobre direitos e deveres enquanto arrendatários, integrando-as em iniciativas e momentos já existentes; ↳ Reforçar as ações de fiscalização; ↳ Sensibilizar para a adequação entre a tipologia do imóvel e o número de habitantes.	Realização de sessões informativas multilingues; Gabinete Municipal de Habitação Intercultural; Disponibilização de panfletos de sensibilização para a área da igualdade do acesso ao mercado de arrendamento.

Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi

2.3.6. SAÚDE E BEM-ESTAR

A acessibilidade aos serviços de saúde é um fator determinante para a integração, com impacto direto em áreas como o emprego e a educação. No entanto, os migrantes de países terceiros no espaço europeu continuam a enfrentar barreiras significativas, que incluem obstáculos administrativos, discriminação, dificuldades no acesso à informação, insuficiente domínio da língua e constrangimentos interculturais, com efeitos particularmente acentuados nas mulheres (Comissão Europeia, 2020). Segundo Sena, Santos e Cunha (2020), a estas dificuldades acresce o risco elevado de problemas de saúde mental, resultante de adversidades do processo migratório, como o isolamento social, a discriminação e, no caso dos refugiados, experiências traumáticas nos países de origem. Este ponto é especialmente relevante, dado que a barreira linguística constitui, por si só, um obstáculo ao acesso universal e equitativo aos serviços de saúde. Acresce ainda a inexistência de ações regulares de promoção da saúde dirigidas especificamente à população migrante, identificada pelos stakeholders como um fator que agrava este cenário. Torna-se, por isso, essencial formalizar e aplicar de forma consistente protocolos de cooperação entre os CLAIM e as **Unidades Locais de Saúde** (ULS), garantindo uma resposta mais integrada, inclusiva e eficaz.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
» Barreiras linguísticas; » Não há ações regulares de promoção da saúde e saúde mental adaptadas a públicos migrantes; » Migrantes vulneráveis têm acesso limitado a apoio psicológico, saúde mental e, no caso das mulheres, a cuidados de saúde sexual e reprodutiva.	↳ Criar rede de tradutores comunitários e voluntários para apoio nos centros de saúde; ↳ Incluir no guia de acolhimento ao migrante, informação relevante sobre os cuidados de saúde existentes; ↳ Desenvolver ações regulares de promoção/ sessões de sensibilização da saúde e prevenção, adaptadas culturalmente e com materiais multilíngues.	- Rede comunitária de tradutores voluntários; - Guia completo de acolhimento ao migrante; - Realização de ações comunitárias/ de sensibilização de promoção da saúde, incluindo saúde mental, saúde sexual e saúde materno-infantil.

Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi

2.3.7. CULTURA E INTERCULTURALIDADE

As comunidades locais e a sua identidade resultam de múltiplos processos, entre os quais as migrações assumem particular relevância. No caso das Caldas da Rainha, esta influência é evidente pelo elevado número de migrantes residentes no território. A evolução dos ciclos migratórios e a crescente diversidade das origens geram não apenas desafios, mas também oportunidades, sobretudo quando as diferentes culturas são reconhecidas e valorizadas como fatores de enriquecimento coletivo.

A convivência intercultural é já uma realidade quotidiana, onde a partilha de experiências, saberes e expressões culturais se afirma como motor de empreendedorismo e desenvolvimento territorial, transformando a diversidade numa potencialidade estratégica. Esta presença multicultural expressa-se de múltiplas formas: nas dinâmicas promovidas por organizações e associações locais, na multiplicidade de línguas que se ouvem nas ruas e nas manifestações artísticas que ganham visibilidade em espaços públicos e culturais. Persistem, contudo, obstáculos à plena integração, como estereótipos ou a escassez de espaços dedicados ao encontro intercultural, tal como apontam os parceiros locais. Torna-se, por isso, essencial adotar boas práticas de inclusão, seja através da realização de semanas interculturais municipais, seja pela criação de espaços que favoreçam o convívio e a interação entre comunidades.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
» Persistem os estereótipos culturais; » Escassez de espaços de encontro intercultural.	↳ Integrar manifestações culturais migrantes na programação municipal; ↳ Procurar criar espaços comunitários que contribuam para o convívio e projetos artísticos conjuntos entre as várias comunidades.	- Semana/feira Intercultural municipal; - Espaços T (com atividades artísticas e culturais).

Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi

2.3.8. PARTICIPAÇÃO CÍVICA E DIREITOS

A plena participação social, cívica e política dos migrantes deve ser promovida pela sociedade de acolhimento, através da criação de condições que assegurem o exercício efetivo da cidadania. Contudo, os dados do recenseamento eleitoral no município revelam constrangimentos significativos. Em Portugal, apesar de a Constituição da República reconhecer a igualdade de direitos e deveres entre cidadãos nacionais e estrangeiros, subsistem limitações ao direito de voto e de elegibilidade, restringindo a participação eleitoral dos migrantes. Os stakeholders salientam ainda a fraca presença de imigrantes nas estruturas representativas locais e a falta de informação clara e acessível sobre os seus direitos e deveres. Uma solução apontada para mitigar estas dificuldades é a criação de fóruns comunitários, que reforcem a participação cívica, facilitem a identificação de líderes de opinião e promovam uma representação mais inclusiva e plural no espaço público.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
» Persistência de falta de informação clara sobre os direitos cívicos e políticos das pessoas migrantes; » Ausência de representantes da população imigrante em estruturas locais de participação e representação.	↳ Incluir no guia de acolhimento ao migrante, informação relevante sobre direitos cívicos e políticos; ↳ Criar fóruns comunitários regulares para recolha de contributos e promoção de participação cidadã; ↳ Incentivar a presença de representantes migrantes em órgãos consultivos.	Fóruns anuais de participação migrante; Inclusão de líderes comunitários em reuniões municipais; Projetos de voluntariado intercultural.

Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi

2.3.9. GESTÃO MUNICIPAL E CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Os cidadãos migrantes que legalmente trabalham e residem em Portugal estão sujeitos aos mesmos direitos e deveres que os cidadãos portugueses. Para favorecer a sua integração, os CLAIM assumem um papel central na promoção da equidade e inclusão. No entanto, a escassez de recursos humanos capacitados compromete a articulação com as respostas sociais do concelho e limita a eficácia do apoio prestado à comunidade imigrante local.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
» Falta de formação contínua em gestão da diversidade; » Recursos humanos insuficientes.	↳ Implementar ações de capacitação/formação contínua em diversidade para todos os departamentos; ↳ Reforçar as equipas com meios humanos.	Formação obrigatória em competências interculturais; Núcleo móvel de apoio à integração.

Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi

3. PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

A eficácia das políticas de acolhimento e integração das pessoas **NPT** exige uma ação coordenada e devidamente articulada entre os diversos atores institucionais. Neste sentido, revela-se fundamental a definição de estratégias que garantam uma intervenção concertada das entidades competentes, tanto ao nível nacional como no plano local. O crescimento da população **NPT** no concelho do reforça a pertinência de adotar uma política local estruturada e direcionada, consubstanciada na elaboração e implementação do PMIM. A concretização deste instrumento deverá assentar num compromisso político alargado, envolvendo de forma efetiva todas as forças representadas no município, assegurando a sustentabilidade e eficácia das medidas a desenvolver.

3.1. DIMENSÃO ESTRATÉGICA

A dimensão estratégica do **PMIM das Caldas da Rainha** resulta de uma leitura integrada do diagnóstico social, da auscultação dos stakeholders e das orientações nacionais definidas pelo **PEM**. O plano estrutura-se em nove áreas temáticas, cada uma com objetivos estratégicos destinados a responder aos problemas, desafios e necessidades identificados no diagnóstico. Para cada área, foram definidos indicadores de acompanhamento que permitirão avaliar os progressos ao longo do período de vigência do plano (2025-2029), conforme descrito no **Quadro 1**:

1. Acolhimento e Acesso à Informação

- **Objetivo Estratégico:** Garantir um acolhimento ágil, inclusivo e multilingue, bem como o acesso a informação clara sobre direitos e vias legais de migração.

2. Aprendizagem da Língua Portuguesa

- **Objetivo Estratégico:** Disponibilizar uma oferta diversificada e adaptada de cursos de português (língua de acolhimento).

3. Educação, Formação e Reconhecimento de Competências

- **Objetivo Estratégico:** Assegurar igualdade no acesso à educação e agilizar o reconhecimento de qualificações.

4. Emprego e Empreendedorismo

- **Objetivo Estratégico:** Promover o acesso a emprego digno e fomentar a criação e consolidação de iniciativas empresariais desenvolvidas por migrantes.

5. Habitação

- **Objetivo Estratégico:** Garantir acesso a habitação digna e acessível, promovendo a igualdade e combatendo a discriminação.

6. Saúde e Bem-estar

- **Objetivo Estratégico:** Melhorar o acesso aos cuidados de saúde e reforçar a literacia em saúde.

7. Cultura e Interculturalidade

- **Objetivo Estratégico:** Valorizar a diversidade cultural e fomentar espaços de encontro intercultural.

8. Participação Cívica e Direitos

- **Objetivo Estratégico:** Aumentar a participação cívica e política dos migrantes.

9. Gestão Municipal e Capacitação Técnica

- **Objetivo Estratégico:** Reforçar a capacidade institucional e a coordenação das políticas de integração.

Quadro 1. Plano estratégico, por área temática

Área Temática	Objetivos estratégicos	Indicadores	Atividades estratégicas
Acolhimento e Acesso à Informação	Garantir um acolhimento ágil, inclusivo e multilingue, bem como o acesso a informação clara sobre direitos e vias legais de migração.	N.º de técnicos	Consolidar e reforçar a atuação dos CLAIM, dotando-o de mais técnicos.
		N.º sessões	Sessões de acolhimento e esclarecimento, descentralizadas nas freguesias.
		N.º de ações N.º de participantes (NPT)	A.2. Ações de orientação cívica.
		N.º de guias N.º de campanhas	A.4. Pacotes de informação (Guia de acolhimento ao migrante) e campanhas sobre vias legais de migração.
Aprendizagem da Língua Portuguesa	Disponibilizar uma oferta diversificada e adaptada de cursos de português (língua de acolhimento).	N.º de parcerias constituídas	Estabelecer parcerias com o IEFEP e associações locais.
		N.º cursos PLA N.º de participantes (NPT)	A.1. Ações de formação linguística; turmas PLA e alfabetização; horários flexíveis.
		N.º ações	Ações de divulgação dos cursos PLA existentes.
Educação, Formação e Reconhecimento de Competências	Assegurar igualdade no acesso à educação e agilizar o reconhecimento de qualificações.	N.º de participantes (NPT)	A.5. Curso de competências digitais.
		N.º de cidadãos NPT encaminhados	Encaminhamento de migrantes para serviços de reconhecimento e validação de competências.
		N.º de mediadores N.º de participantes (NPT)	Programa de mediação cultural e pedagógica nas escolas para a integração de alunos migrantes.
		N.º de sessões N.º de participantes (NPT)	A.8. Sessões de esclarecimento nas escolas para integração de alunos migrantes.
Emprego e Empreendedorismo	Promover o acesso a emprego digno e fomentar a criação e consolidação de iniciativas empresariais desenvolvidas por migrantes.	N.º de ações N.º de participantes (NPT)	A.3. Ações de orientação profissional.
		N.º de migrantes apoiados	A.11. Apoio ao empreendedorismo migrante.
		N.º de migrantes inscritos na bolsa	Bolsa de “talentos migrantes” junto das empresas do concelho.
		N.º de migrantes que recorreram ao guia	Guia local de contratação inclusiva.

Habitação	Garantir acesso a habitação digna e acessível, promovendo a igualdade e combatendo a discriminação.	N.º de ações N.º de participantes	Ações de sensibilização para o combate à discriminação no acesso a habitação.
		N.º de ações N.º de participantes	Ações de informação para migrantes sobre direitos e deveres enquanto arrendatários, integrando-as em iniciativas e momentos já existentes.
		N.º de ações de fiscalização	Fiscalização de situações de sobrelotação habitacional para prevenir e reduzir o fenómeno.
		N.º de panfletos de sensibilização	Sensibilizar para a adequação entre a tipologia do imóvel e o número de habitantes.
Saúde e Bem-estar	Melhorar o acesso aos cuidados de saúde e reforçar a literacia em saúde.	N.º de tradutores	Rede de tradutores comunitários.
		N.º de guias distribuídos	Incluir no guia de acolhimento ao migrante, informação sobre os cuidados de saúde existentes.
		N.º de campanhas	A.6. Campanhas de saúde pública, focada na prevenção e no acesso, com suporte linguístico.
Cultura e Interculturalidade	Valorizar a diversidade cultural e fomentar espaços de encontro intercultural.	N.º de participantes NPT	Festival/feira Intercultural anual integrado na agenda cultural municipal.
		N.º de espaços N.º de projetos apresentados	Espaço comunitário para convívio e partilha de projetos artísticos interculturais.
		N.º de atividades N.º de participantes NPT	A.9. Promoção da integração de migrantes através de atividades culturais e desportivas.
Participação Cívica e Direitos	Aumentar participação cívica e política de migrantes, incluindo jovens.	N.º de guias	Guias multilingues sobre direitos.
		N.º de reuniões N.º de representantes migrantes	Inclusão de representantes da população migrante em órgãos consultivos municipais.
		N.º de participantes	A.10. Promoção de voluntariado jovem para integração comunitária.
Gestão Municipal e Capacitação Técnica	Reforçar capacidade institucional e a coordenação das políticas de integração.	N.º de ações de capacitação	Formação contínua em diversidade e interculturalidade.
		N.º de meios humanos	Reforçar as equipas de atendimento social e intercultural.
		N.º de atendimentos jurídicos	A.7. Ações de aconselhamento jurídico.

3.2. DIMENSÃO OPERACIONAL

As orientações estratégicas do PMIM para o acolhimento e integração de pessoas NPT e para a promoção da interculturalidade concretizam-se através de objetivos específicos, traduzidos em medidas de ação com metas, indicadores e responsáveis definidos. O plano é construído de forma participativa, integrando contributos recolhidos nos processos de consulta (incluindo o Web-Delphi) e articulando

atividades já aprovadas em candidatura, assegurando coerência, viabilidade e alinhamento com as políticas locais e nacionais de integração de migrantes. As medidas organizam-se em Nível 1, quando decorrem das atribuições e competências próprias de cada entidade, e em Nível 2, quando correspondem a ações com financiamento aprovado ou a submeter a financiamento comunitário. No seu conjunto, estas ações visam não apenas melhorar as condições de acolhimento e integração dos migrantes, mas também reforçar a coesão social e valorizar a diversidade cultural do concelho.

Quadro 2. Medidas do PMIM para a área do Acolhimento e acesso à informação

Objetivo estratégico: Garantir um acolhimento ágil, inclusivo e multilingue, bem como o acesso a informação clara sobre direitos e vias legais de migração.					
Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Assegurar a melhoria do acesso à informação sobre migração e direitos	A.2. Dinamizar ações de orientação cívica através de programas de mentoria, envolvendo migrantes já integrados como facilitadores do processo de inclusão.	2	3 ações/ 2026-27 ≥ 50 NPT	N.º de ações N.º de participantes NPT	OesteCIM/ CMCR/ CLAIM/ Rede social/ Associações
Promover campanhas de informação e sensibilização sobre as vias legais de migração	A.4. Desenvolver pacotes de informação, incluindo o guia de acolhimento ao migrante, e reforçar a divulgação das vias legais de migração através de campanhas de sensibilização orientadas para a mobilidade nos países da UE.	2	3 ações/ 2026-27 Guia elaborado	N.º de ações N.º de cidadãos NPT alcançados N.º de guias distribuídos	OesteCIM/ CMCR/ CLAIM/ Rede social/ Associações
Reforçar a capacidade de atendimento multilingue	Integrar na equipa, mediadores comunitários, com atuação itinerante pelas freguesias, garantindo a proximidade no apoio à população migrante e na articulação com as JF.	1	3 mediadores/ plano 100 NPT/ ano	N.º de pessoas apoiadas	CMCR/ CLAIM/ JF
	Dotar os serviços com equipamentos de tradução instantânea para facilitar o atendimento à população migrante.	1	5 equipamentos/ plano	N.º de equipamentos N.º de atendimentos realizados com recurso ao equipamento	CMCR/ CLAIM
	Produzir os materiais informativos em diferentes línguas, para além do português.	1	Material informativo traduzido em pelo menos 3 línguas/ plano	N.º de materiais produzidos e atualizados	CMCR/ CLAIM

Quadro 3. Medidas do PMIM para a área da Aprendizagem da Língua Portuguesa

Objetivo estratégico: Disponibilizar uma oferta diversificada e adaptada de cursos de português (língua de acolhimento).					
Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Ampliar a cobertura e melhorar o acesso ao ensino da língua portuguesa para cidadãos migrantes NPT	A.1. Ações de formação linguística (PLA).	2	1 ações /2026 13 NPT/ 2026	N.º de ações N.º de participantes NPT	OesteCIM/ CMCR/ IEF/ Centros Qualifica
	Protocolar parceria com IEF/ e associações locais para assegurar uma rede contínua de cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA), com horários flexíveis e modalidades híbridas (presencial/online).	1	Realizar a parceria Aumentar em 25% a oferta de vagas em cursos PLA/ plano	Parceria realizada N.º de vagas adicionais	CMCR/ IEF/ Associações
Reforçar a divulgação dos cursos existentes	Recorrer a múltiplos canais de comunicação — CLAIM, juntas de freguesia, escolas e associações — para garantir a ampla divulgação dos cursos.	1	4 ações/ ano	N.º de ações de divulgação	CMCR/ IEF/ Centros Qualifica/ JF/ Associações/ Agrupamentos de Escolas
Certificação de competências linguísticas	Incluir no guia de acolhimento ao migrante (A.4.) um tópico específico sobre o processo de certificação de competências linguísticas, garantindo informação clara e acessível.	1	Assunto incluído no guia/ 2026-27	N.º de guias distribuídos	OesteCIM/ CMCR/ CLAIM/ IEF/ Centros Qualifica

Quadro 4. Medidas do PMIM para a área da Educação, Formação e Reconhecimento de Competências

Objetivo estratégico: Assegurar igualdade no acesso à educação e agilizar o reconhecimento de qualificações.					
Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Facilitar a integração escolar de alunos migrantes	Implementar um programa de mediação cultural e pedagógica em escolas.	1	1 programa criado e implementado/ plano	N.º de escolas abrangidas N.º de alunos NPT	CMCR/ Agrupamento de Escolas
	A.8. Realizar sessões de esclarecimento e integração escolar para alunos e famílias migrantes.	2	3 sessões/ 2026-27 13 alunos e famílias / 2026-27	N.º sessões N.º participantes NPT	OesteCIM/ CMCR/ Agrupamento de Escolas
Incentivar a qualificação e inserção laboral de migrantes adultos	A.5. Dinamizar cursos de competências digitais para migrantes.	2	2 cursos/ 2026 13 NPT/ 2026	N.º participantes NPT	OesteCIM/ CMCR/ IEF/ Centros Qualifica
	Promover cursos curtos de qualificação com certificação e estágios locais.	1	4 cursos/ plano 100 NPT/ plano	N.º de cursos N.º de participantes NPT	CMCR/ IEF/ Centros Qualifica
Melhorar o processo de reconhecimento de qualificações	Agilizar o processo de encaminhamento de migrantes para serviços de reconhecimento e validação de competências.	1	100 NPT encaminhados/ plano	N.º de cidadãos NPT encaminhados	CMCR/ IEF/ Centros Qualifica/ Entidades de ensino superior

Quadro 5. Medidas do PMIM para a área do Emprego e Empreendedorismo

Objetivo estratégico: Promover o acesso a emprego digno e fomentar a criação e consolidação de iniciativas empresariais desenvolvidas por migrantes.					
Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Incentivar emprego digno e legal para cidadãos migrantes	A.3. Organizar ações de orientação profissional.	2	80 NPT/ 2026-27 3 ações/ plano	N.º cidadãos NPT N.º de ações	OesteCIM/ CMCR/ CLAIM/ IEFEP
	Realizar sessões informativas para empregadores sobre a legislação laboral e migratória.	1	8 sessões/ plano 12 empregadores/ ano	N.º de sessões N.º de empregadores	CMCR/ IEFEP/ Associações empresariais
	Elaborar um caderno prático para a contratação inclusiva.	1	150 exemplares/ ano	N.º de exemplares	CMCR/ IEFEP/ Associações empresariais
Melhorar a ligação entre cidadãos NPT e o tecido económico	Criar e dinamizar a Bolsa de "Talentos Migrantes" junto das empresas do concelho.	1	50 inscritos/ plano	N.º inscritos (NPT) N.º contratações	CMCR/ Associações empresariais
	Ações de divulgação de histórias de sucesso de migrantes integrados no mercado de trabalho local ou de empreendedores migrantes.	1	4 ações/ plano	Nº de ações de divulgação	CMCR/ JF/ Entidades públicas AIRO
Promover o empreendedorismo e o autoemprego de migrantes	A.11. Apoiar o empreendedorismo migrante, através de programas de mentoria e incubação local.	2	4 iniciativas/ 2027	Nº de migrantes apoiados Nº de negócios criados	OesteCIM/ CMCR/ CLAIM/ AIRO

Quadro 6. Medidas do PMIM para a área da Habitação

Objetivo estratégico: Garantir acesso a habitação digna e acessível, promovendo a igualdade e combatendo a discriminação.					
Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Combater a discriminação no acesso à habitação e ampliar a oferta	Dinamizar ações de sensibilização para o combate à discriminação no acesso a habitação.	1	8 ações/ plano	N.º de ações	CMCR/ CLAIM/ Associações
	Realizar ações de informação para migrantes sobre direitos e deveres enquanto arrendatários, integrando-as em iniciativas e momentos já existentes.	2	8 ações/ plano	N.º de ações	CMCR/ CLAIM
	Reforçar a fiscalização de situações de sobrelotação e alojamento informal.	1	20 ações/ plano	Nº de fiscalizações efetuadas	CMCR
Pugnar pelo acesso a habitação digna e acessível	Integrar critérios de diversidade e inclusão nas políticas municipais de habitação.	1	Critérios integrados/ plano	N.º de cidadãos NPT apoiados	CMCR
	Promover ações de sensibilização sobre a adequação entre a tipologia do imóvel e o número de habitantes.	1	8 ações/ plano	N.º de ações	CMCR/ CLAIM

Quadro 7. Medidas do PMIM para a área da Saúde e Bem-estar

Objetivo estratégico: Melhorar o acesso aos cuidados de saúde e reforçar a literacia em saúde.					
Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Melhorar a prevenção e o acesso aos cuidados de saúde	Dinamizar uma rede de tradutores voluntários para apoio nos centros de saúde.	1	8 tradutores/ plano	N.º de tradutores	CMCR/ ULS/ Associações/ Voluntários
	Incluir no guia de acolhimento ao migrante (A.4.) informação essencial e clara sobre serviços e cuidados de saúde.	1	Assunto incluído no guia/ 2026-27	N.º de guias distribuídos	OesteCIM/ CMCR/ CLAIM/ ULS
	A.6. Realizar campanhas de saúde pública com suporte linguístico, focadas na prevenção e no acesso.	2	1 campanha/ 2026 10 NPT/ 2026	N.º de campanhas N.º cidadãos NPT envolvidos	OesteCIM/ CMCR/ CLAIM/ ULS
Reforçar a literacia em saúde e a promoção do bem-estar mental	Desenvolver ações regulares de promoção da saúde e da saúde materna e mental, adaptadas culturalmente e com materiais multilingues.	1	8 ações/plano	N.º de ações	CMCR/ CLAIM/ ULS

Quadro 8. Medidas do PMIM para a área da Cultura e Interculturalidade

Objetivo estratégico: Valorizar a diversidade cultural e fomentar espaços de encontro intercultural.					
Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promover o encontro intercultural	Criar espaços comunitários para convívio e partilha de projetos artísticos interculturais.	1	2 espaços/ plano	N.º de espaços	CMCR/ Associações
	Mobilizar o tecido associativo para a realização de eventos interculturais.	1	1 evento/ ano	N.º de eventos	CMCR/ Associações
	Fomentar a realização da semana da Interculturalidade.	1	1 semana/ ano	N.º de semanas interculturais	CMCR/ Associações
Dinamizar eventos culturais e desportivos inclusivos	A.9. Promoção da integração de migrantes através de atividades culturais e desportivas.	2	1 evento/ 2027 13 NPT/ 2027	N.º de eventos N.º participantes NPT	CMCR/ Associações

Quadro 9. Medidas do PMIM para a área da Participação Cívica e Direitos

Objetivo estratégico: Aumentar participação cívica e política de migrantes, incluindo jovens.					
Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Fomentar a participação cívica dos migrantes e reforçar a sua literacia cívica	Incentivar a presença de representantes da população migrante em órgãos consultivos municipais.	1	2 representantes/ ano	N.º de reuniões N.º de representantes migrantes	CMCR/ CLAIM/ Rede social/ Associações
	Incluir no guia de acolhimento ao migrante (A.4.) informação essencial e clara sobre direitos e deveres cívicos.	1	Assunto incluído no guia/ 2026-27	N.º de guias distribuídos	OesteCIM/ CMCR/ CLAIM/ JF
	Promover fóruns participativos para recolha de contributos da população migrante.	1	4 fóruns/ plano	N.º de fóruns N.º de participantes NPT	CMCR/ CLAIM/ Rede social/ Associações
Promover o voluntariado juvenil	A.10. Dinamizar grupos de jovens voluntários para integração comunitária.	2	13 jovens/ 2026-27	N.º jovens migrantes voluntários	OesteCIM/ CMCR/ CMJ/ Gabinete da juventude/ Associações

Quadro 10. Medidas do PMIM para a área da Gestão Municipal e Capacitação Técnica

Objetivo estratégico: Reforçar capacidade institucional e a coordenação das políticas de integração.					
Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Reforçar o acesso a apoio legal e administrativo para migrantes	Assegurar a realização de ações de capacitação/ formação em diversidade e interculturalidade.	1	20 técnicos/ plano	N.º de técnicos formados	CMCR/ CLAIM/ Rede social
	Dotar os serviços municipais de atendimento intercultural de recursos humanos adequados.	1	1 colaborador por serviço/ plano	N.º de novos colaboradores	CMCR/ CLAIM
	A.7. Assegurar a realização de ações de aconselhamento jurídico para migrantes.	2	50 atendimentos/ 2026-27	N.º de atendimentos	OesteCIM/ CMCR/ CLAIM/

4. MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A **monitorização e avaliação** do **PMIM do município das Caldas da Rainha** são componentes centrais do processo de planeamento estratégico local, assegurando:

- O **acompanhamento regular da execução das medidas**;
- A capacidade de **ajuste e melhoria contínua** das respostas implementadas;
- A **prestação de contas públicas** e a avaliação da **eficácia e impacto das políticas adotadas**.

O modelo de monitorização permite, assim, **medir resultados, questionar práticas, detetar necessidades emergentes** e fomentar a **aprendizagem organizacional**, reforçando a pertinência das ações face à complexidade e dinâmica do fenómeno migratório no território.

A monitorização e avaliação do PMIM assenta, então, em duas abordagens complementares:

1. Monitorização Contínua

- Focada na **execução operacional** das medidas;
- Utiliza **indicadores de acompanhamento** (quantitativos e qualitativos), definidos para cada objetivo estratégico;
- Permite identificar **desvios, obstáculos e progressos** ao longo da implementação;
- É realizada **periodicamente** (trimestral/semestral), com base em relatórios de progresso.

2. Avaliação Interna e Externa

- Incide na **efetividade e impacto** das ações implementadas;
- Baseia-se em **indicadores de resultado e de impacto**, para aferir se ocorreram mudanças significativas nas condições identificadas no diagnóstico;
- Inclui uma **avaliação externa independente**, a cargo de entidade com competências técnicas, para garantir imparcialidade e fiabilidade dos resultados.

O plano tem uma vigência 4 anos (2025 a 2029), com revisão anual em reuniões do CLAS e dos grupos temáticos.

Será elaborado um Relatório Intercalar de Monitorização, todos os anos, que servirá de base à atualização de prioridades e reformulação de ações, se necessário.

No final do ciclo, será produzido um Relatório Final de Avaliação, com:

- Análise da taxa de execução por eixo estratégico;
- Grau de alcance dos objetivos estratégicos;
- Efeitos sociais e institucionais do plano;
- Propostas para o novo ciclo de planeamento

Para a prossecução da monitorização e avaliação do PMIM, constituir-se-ão grupos de **trabalho por eixo estratégico** (ex. habitação, saúde, educação, cultura), integrando técnicos e especialistas das áreas correspondentes. Estes grupos assumirão as seguintes funções:

- Monitorizar os **indicadores definidos no diagnóstico social**;
- Detetar **problemas emergentes** e sinalizar necessidades urgentes;
- Planear e coordenar **respostas intersetoriais** com os serviços competentes;
- Promover a **partilha de boas práticas e inovação social**;
- Garantir que as ações mantêm **adequação às realidades locais**.

No âmbito deste Plano será adotada uma **estratégia de comunicação integrada**, baseada nos princípios da **transparência, proximidade e participação comunitária**, através dos seguintes canais:

- Website institucional e redes sociais do Município;
- Boletins informativos e relatórios anuais acessíveis;
- Reuniões plenárias do CLAS e dos grupos de trabalho.

A comunicação terá os seguintes objetivos:

- Informar a comunidade sobre **progresso e resultados**;
- Valorizar as **boas práticas** e histórias de sucesso;
- Reforçar a **corresponsabilização dos atores locais**;
- Estimular a **cooperação entre instituições**;

Por cada eixo estratégico serão definidos **indicadores SMART**:

- **Indicadores operacionais**: número de ações implementadas, número de pessoas apoiadas;
- **Indicadores de resultado**: grau de satisfação dos beneficiários;
- **Indicadores de impacto**: redução da exclusão social, aumento da participação cívica, melhoria da perceção pública sobre diversidade.

5. MODELO DE GOVERNAÇÃO

A governação do **PMIM** assenta numa **coordenação partilhada e multissetorial**, que assegura a execução, acompanhamento, monitorização e revisão do plano.

A **entidade coordenadora** é o **Município das Caldas da Rainha**, através do seu **CLAIM**, que assume a função de secretariado técnico e garante:

- A articulação interinstitucional;
- O apoio logístico e administrativo à implementação;
- A monitorização dos indicadores e a produção de relatórios periódicos.

A execução das medidas decorre de forma descentralizada, envolvendo **parceiros com responsabilidades diretas** por eixo estratégico, nomeadamente:

- **Educação e Língua** – Agrupamentos de Escolas e IEFP;
- **Emprego e Empreendedorismo** – IEFP, associações empresariais e entidades de apoio ao empreendedorismo;
- **Habituação** – Câmara Municipal, Instituições particulares de solidariedade social e associações locais;
- **Saúde e Bem-estar** – ULS e serviços de saúde pública;
- **Cultura e Interculturalidade** – Câmara Municipal, associações culturais, associações de migrantes;
- **Cidadania e Participação** – CLAIM, associações de imigrantes, juntas de freguesia, entidades da Rede Social.

A governação do PMIM será assegurada no quadro da **Rede Social do Município**, através do **CLAS**, garantindo:

- Reuniões plenárias para validação das medidas e dos relatórios de progresso;
- Integração dos objetivos do PMIM no **Plano de Desenvolvimento Social** em vigor;

O PMIM seguirá o seguinte **processo formal**:

1. **Validação técnica** no âmbito do CLAS, em plenário;
2. **Aprovação política** em Reunião de Câmara Municipal;
3. **Ratificação** em Assembleia Municipal.

Assim, desta forma, assegurar-se-á a **legitimidade política** e o **compromisso institucional**, fundamentais para a implementação eficaz do Plano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

Artigos científicos e Documentos

Comissão Europeia (2020). *Plano de Ação para a Integração e Inclusão 2021-2027*. Serviço das Publicações da União Europeia. <https://ec.europa.eu/migrant-integration>

Oliveira, C. R. (2022). *Indicadores de integração de imigrantes: Relatório estatístico anual 2022*. Alto Comissariado para as Migrações.

Oliveira, M. J. (2017). Review: *The changing soul of Europe. Religions and migrations in Northern and Southern Europe*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (83), 173-177. <https://revistas.rcaap.pt/sociologiapp/article/view/9031>

Sena, S., Santos, E., & Cunha, M. (2020). *Saúde mental dos migrantes e refugiados no contexto europeu: um protocolo de revisão scoping*. *Millenium. Journal of Education, Technologies, and Health*, Série 2 (espec. n° 7), 117-121 <https://doi.org/10.29352/mill0207e.13.00368>

Fontes de informação

- OesteCIM – Comunidade Intermunicipal do Oeste <https://www.oestecim.pt/>;
- INE - Instituto Nacional de Estatística <https://www.ine.pt/>;
- Pordata <https://www.pordata.pt/>;
- Município das Caldas da Rainha <https://www.mcr.pt/>;
- Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social do Município das Caldas da Rainha

SIGLAS E ACRÓNIMOS

- ACM** – Alto Comissariado para as Migrações
- AIRO** – Associação Empresarial da Região do Oeste
- CLAIM** – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
- CLAS** – Conselho Local de Ação Social
- CMCR** – Câmara Municipal das Caldas da Rainha
- CMJ** – Conselho Municipal de Juventude
- IEFP** – Instituto do Emprego e Formação Profissional
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- NPT** – Nacionais de Países Terceiros
- OesteCIM** – Comunidade Intermunicipal do Oeste
- PEM** – Plano Estratégico para as Migrações
- PLA** – Português Língua de Acolhimento
- PMIM** – Plano Municipal para a Integração de Migrantes
- UE** – União Europeia
- ULS** – Unidades Locais de Saúde

